

Tribunal de Contas

Relatório de Atividades 2012

Informação estatística e indicadores

Lisboa 2013

SIGLAS

ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde
AEO/SS – Acompanhamento da execução orçamental/Segurança Social
ALRAA – Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
AR – Assembleia da República
ARF – Apuramento de responsabilidades financeiras
CCP - Código dos Contratos Públicos
CGE - Conta Geral do Estado
CRA - Conta da Região Autónoma
EEM – Entidade Empresarial Municipal
EM – Empresa Municipal
EPE – Entidade Pública Empresarial
IDRAM - Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira
INE – Instituto Nacional de Estatística
IP – Instituto Público
IPO – Instituto Português de Oncologia
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado
LPM – Lei de Programação Militar
LOPTC – Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas
M - Milhões
ORAA – Orçamento da Região Autónoma dos Açores
PCALRAA – Parecer sobre a Conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
PCALRAM – Parecer sobre a Conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira
PCAR – Parecer sobre a Conta da Assembleia da República
PCGE – Parecer sobre a Conta Geral do Estado
PCRAA – Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores
PCRAM – Parecer sobre a Conta da Região Autónoma da Madeira
PIDDAR - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Região
RAA - Região Autónoma dos Açores
RAM - Região Autónoma da Madeira
RVIC – Relatório de Verificação Interna de Contas
SA – Sociedade Anónima
SFA – Serviços e Fundos Autónomos
SGMDN - Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional
SGPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais
SIG – Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional
SNS – Serviço Nacional de Saúde
SRA – Secção Regional dos Açores
SRM – Secção Regional da Madeira
UTL – Universidade Técnica de Lisboa
VEC – Verificação Externa de Contas

ÍNDICE

1. SESSÕES E DECISÕES DO TRIBUNAL	4
2. RECOMENDAÇÕES	4
2.1. Número de recomendações formuladas.....	4
2.2. Acolhimento de recomendações	5
3. O CONTROLO PRÉVIO	6
3.1. O visto – número e caracterização dos processos	6
3.2. O visto – montantes financeiros envolvidos.....	9
3.3. Poupanças e irregularidades.....	10
3.4. Recursos ordinários - 1.ª Secção	11
3.5. Auditorias para apuramento de responsabilidades financeiras	12
4. O CONTROLO CONCOMITANTE	13
4.1. Adicionais a contratos visados	13
4.2. Auditorias de fiscalização concomitante	13
5. O CONTROLO SUCESSIVO	15
5.1. Auditorias por área de atuação e por tipologia	15
5.2. Lista de auditorias por área de atuação.....	16
5.3. Lista das irregularidades	19
5.4. Lista das poupanças conhecidas em 2012.....	23
5.5. Verificação interna de contas	24
5.6. Relatórios de órgãos de controlo interno	25
5.7. Denúncias, queixas, exposições e pedidos de esclarecimento.....	26
6. A EFETIVAÇÃO DE RESPONSABILIDADES	27
7. O MINISTÉRIO PÚBLICO (MP) JUNTO DO TC	31
7.1. O MP e a efetivação de responsabilidades	31
7.2. Participações/conhecimentos do MP a Outras Jurisdições	32
8. OS RECURSOS UTILIZADOS.....	33
8.1. Os recursos humanos	33
8.2. Os recursos financeiros.....	34

1. SESSÕES E DECISÕES DO TRIBUNAL

As deliberações e decisões do Tribunal de Contas são tomadas em Plenário Geral, em Plenário de Secção, em Subsecção (três juizes) e em sessão diária de visto, na Sede, e em sessão diária de visto, sessão ordinária, audiência de julgamento e coletivo especial, nas Secções Regionais. Juíz

Número de sessões e decisões do Tribunal em 2012

Plenário Geral e Secções do Tribunal	Sessões	Decisões	Sentenças	Acordãos	Resoluções	Relatórios de auditoria e de VEC	Outros relatórios e Pareceres CGE e CRA
Plenário Geral do Tribunal	4				2		PCGE 2011 PCAR 2011
1.ª Secção - plenário e subsecção	38			50	1	4	9 ARF
1.ª Secção - sessões diárias de visto		1026					
1.ª Secção - juiz singular		31	62				
2.ª Secção - plenário e subsecção	33				5	43	7 RVIC , 6 AEO/SS
3.ª Secção - juiz singular	34		19				
3.ª Secção - plenário	9			20			
Secção Regional dos Açores							
Sessões diárias de visto	72						
Sessões ordinárias e extraordinárias	16	12				17	38 RVIC
Sessões especiais	1						PCRAA 2011 PCALRAA
Secção Regional da Madeira							
Sessões diárias de visto	43						
Sessões ordinárias e extraordinárias	21	20				17	6 RVIC
Audiências de julgamento	1		1				
Sessões especiais	2						PCRAM 2010 PCRAM 2011 PCALRAM
Decisões em processos autónomos de multa			26				

2. RECOMENDAÇÕES

2.1. Número de recomendações formuladas

A Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto (Lei de organização e processo do Tribunal de Contas - LOPTC) prevê, em várias das suas normas, o poder do Tribunal (TC) formular recomendações, no âmbito da sua atividade. As recomendações são, assim, instrumentos essenciais da sua atuação.

Número de recomendações formuladas em 2012

	Sede	SRA	SRM	Total
Em processos de fiscalização prévia	697	8	25	730
Em auditorias para Apuramento de Responsabilidades Financeiras	19		2	21
Em auditorias de controlo concomitante	16	5	35	56
Em relatório de acompanhamento de execução orçamental	2			2
Nos Pareceres sobre a CGE, as CRA e as Contas das Assembleias da República e Legislativas Regionais e no acompanhamento da execução orçamental	82	31	39 a)	152
Em auditorias de controlo sucessivo	577	58	39	674
Nas verificações internas de contas	193	131	7	331
Total	1 586	233	147	1 966

Nota: Por cada recomendação dirigida a mais de uma entidade, foram contadas tantas as recomendações quantas as entidades a que se formularam.

a) Relativas a dois pareceres (sobre as Conta da RAM de 2010 e de 2011)

2.2. Acolhimento de recomendações

No âmbito da ação de avaliação do acolhimento das recomendações de 2009, de 2010 e de 2011, efetuado em 2012 (Estudo n.º 2/2013-DCP, de 11 de Março), verificou-se, no referente às recomendações formuladas em ações de controlo sucessivo (PCGE, PCRA e auditorias), o seguinte:

Controlo sucessivo - Efetivo acolhimento das recomendações ***Apuramento em 15 de setembro de 2012**

Departamentos	2009			2010			2011		
	N.º Rec	N.º Rec. Executadas (*)	Grau de execução (%)	N.º Rec	N.º Rec. Executadas (*)	Grau de execução (%)	N.º Rec	N.º Rec. Executadas (*)	Grau de execução (%)
Total	901	434	48,2	1152	391	33,9	1103	205	18,6

(*) Consideraram-se as **recomendações total ou parcialmente acolhidas** e, bem assim, as que o foram com **medidas alternativas**.

Caso fossem também consideradas as “intenções de acolhimento” os graus de acolhimento seriam superiores.

3. O CONTROLO PRÉVIO

3.1. O visto – número e caracterização dos processos

Compete à 1.ª Secção do Tribunal, na Sede, e às SRA e SRM o controlo financeiro prévio, o qual é exercido mediante a concessão ou recusa de *Visto* aos atos e contratos, nos termos da lei.

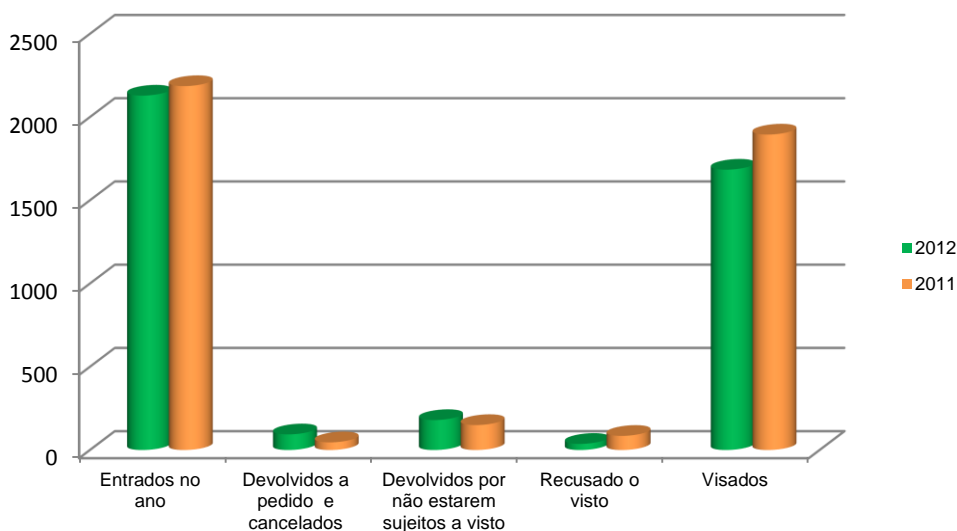
Movimento processual do Visto em 2012

Processos de Visto e Tipos de decisão	Sede	Secções Regionais		TOTAL
	1ª Secção	Açores	Madeira	
Transitados de 2011	185	15	28	228
Entrados em 2012	1907	94	128	2129
Total para análise em 2012	2092	109	156	2357
Devolvidos a pedido do serviço e cancelados	86	4	4	94
Devolvidos por não estarem sujeitos a visto	154	3	23	180
Recusado o visto	31	4	2	37
Visados*	1445	83	115	1643
Visto Tácito**	41			41
Total findos em 2012	1757	94	144	1995
Transitados para 2013	335	15	12	362

* Inclui as homologações de conformidade

** Formação de visto nos atos, contratos e outros documentos sujeitos a fiscalização prévia se não tiver havido decisão de recusa de visto no prazo de 30 dias após a data do seu registo de entrada no Tribunal. Este prazo corre durante as férias judiciais, mas não inclui sábados, domingos ou feriados.

Movimento processual do Visto comparado (2011 e 2012)



No âmbito da análise dos processos foram efetuadas **3064 devoluções** (2884 na Sede, 77 na SRA e 103 na SRM) para **complemento da sua instrução ou esclarecimento de dúvidas**, o que corresponde a uma **média de 1,8 devoluções por processo controlado**. Na sua sequência foram efetuadas 2952 reaberturas de processos (2725 na Sede, 116 na SRA e 111 na SRM). Este processo permite sanar deficiências e corrigir ilegalidades várias.

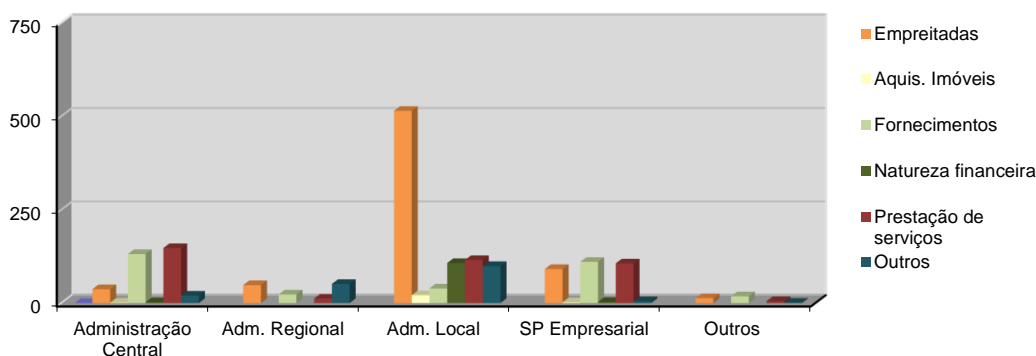
Os processos objeto de controlo tiveram origem, na sua maioria, 52%, em entidades da Administração Local (veja-se quadro e gráfico seguintes).

Origem dos processos objeto de controlo em 2012

Administração	Espécie processual						TOTAL	
	Empreita das*	Aquis. Imóveis	Forneci mentos*	Natureza financeira	Prestação de serviços	Outros**		%
Administração Central	37	1	131	2	147	20	338	19,6%
Adm. Regional	48		23		12	51	134	7,8%
Adm. Local	514	21	39	107	115	99	895	52,0%
SP Empresarial	91	2	110	3	106	5	317	18,4%
Outros*	13		18		5	1	37	2,1%
Total findos	703	24	321	112	385	176	1721	100,0%

* Inclui o utras entidades não sujeitas a fiscalização prévia: Fundações e Associações de direito privado

** Inclui: "contrato-programa", "contrato simples", "protocolos" e outros



No referente à **tipologia dos processos**, verifica-se que os **contratos de empreitada** continuam a representar a maioria dos processos submetidos a Visto, mas que também é significativa a percentagem dos contratos de prestação de serviços e de fornecimento (quadro seguinte).

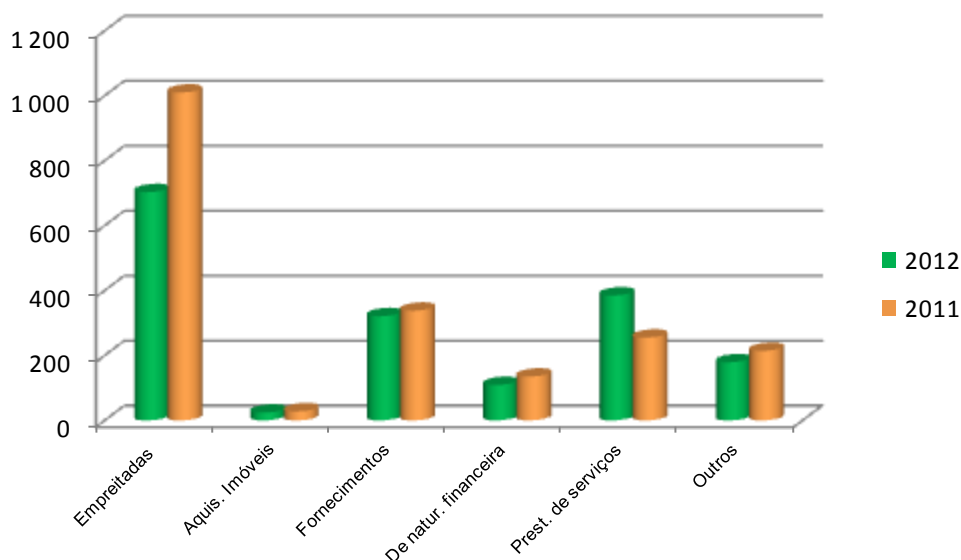
Processos de visto em 2012, por tipo de decisão e espécie processual (Sede e SR)

Tipos de decisão	Espécie processual						TOTAL
	Empreita das	Aquis. Imóveis	Forneci mentos	De natureza financeira	Prestação de serviços	Outros*	
Recusado o Visto	7		3	12	8	7	37
Visados	691	23	310	97	362	160	1 643
<i>com homologação de conformidade</i>	125		117		99	4	345
<i>sem recomendações - em sessão diária de visto</i>	218	20	116	94	173	132	753
<i>com recomendações - em sessão diária de visto</i>	320	3	76	3	88	24	514
<i>com recomendações - em subsecção/sessão ordinária</i>	28		1		2		31
Visto tácito	5	1	8		15	12	41
Total	703	24	321	109	385	179	1721
Em %	40,8%	1,4%	18,7%	6,3%	22,4%	10,4%	100,0%

* Incluem, designadamente, os processos relativos a contratos de concessão, parcerias público-privadas, contratos-programa, contratos de gestão e protocolos.

O gráfico seguinte mostra a distribuição dos processos por tipologia, comparando o ano de 2012 com o de 2011. Verifica-se que, apesar de predominarem os contratos de empreitada, o seu número diminuiu, e que apenas aumentou o número de contratos de prestação de serviços.

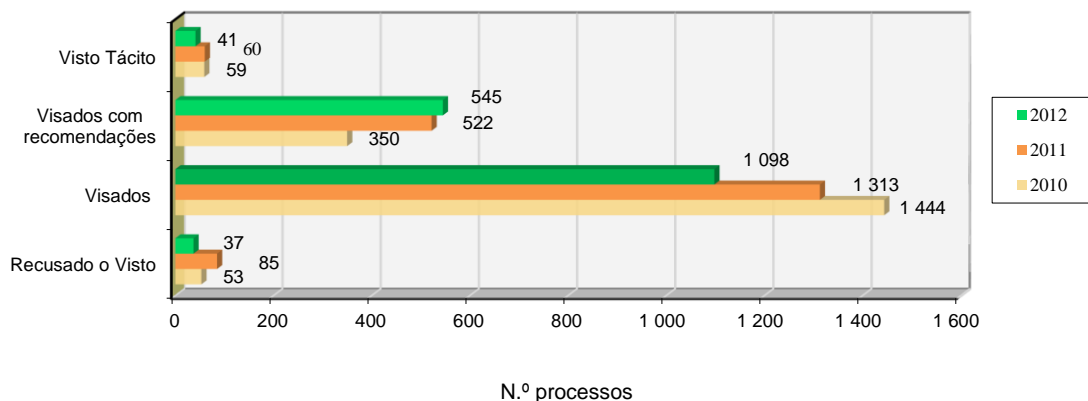
Processos de visto objeto de controlo, por tipologia de processos (2011 e 2012)



Em termos globais, o número de processos diminuiu de 2011 para 2012. Continuou a registar-se um elevado número de decisões de **visto com recomendações** (32%) - cf. quadro e gráfico seguintes.

Evolução do número de processos de visto

Tipos de decisão	Anos				
	2010	2011	Var %	2012	Var %
Recusado o Visto	53	85	60,4%	37	-56,5%
Visados	1444	1313	-9,1%	1098	-16,4%
Visados com recomendações	350	522	49,1%	545	4,4%
Visto Tácito	59	60	1,7%	41	-31,7%
Total findos	1906	1980	3,9%	1721	-13,1%



3.2. O visto – montantes financeiros envolvidos

No referente **aos montantes envolvidos nos processos** que foram objeto de **controlo** através de *visto*, a sua repartição por proveniência consta do quadro seguinte. Da sua análise resulta que o montante mais expressivo respeita a contratos remetidos pela **Administração Central**.

Processos de visto – montantes controlados em 2012

(Em milhares de euros)

Administração	1ª Secção	Secções Regionais		TOTAL	
	Sede	Açores	Madeira		%
Administração Central	2 156 996			2 156 996	44,9%
Adm. Regional		196 971	161 373	358 343	7,5%
Adm. Local	1 152 162	24 101	12 835	1 189 098	24,8%
SP Empresarial	925 526	92 558	35 428	1 053 511	21,9%
Outros*	43 778			43 778	0,9%
Total findos	4 278 462	313 629	209 635	4 801 726	100,0%

* Inclui Fundações, Associações de direito privado e outras entidades

No atinente à **tipologia dos processos**, o valor mais significativo respeita aos **contratos de empreitada**, na sua maioria oriundos da Administração Local, com cerca de **25%** do montante global controlado. De salientar que em “Outros”, com uma percentagem muito alta, está incluído um contrato de parceria público-privada do troço Poceirão Caia, no valor de 1 667 689 milhares de euros, oriundo da Administração Central.

Processos de visto em 2012 – montante controlado por tipologia de processos

(Em milhares de euros)

Origem	Espécie processual						TOTAL
	Empreitadas	Aquis. Imóveis	Fornecimentos	De natureza financeira	Prestação de serviços	Outros	
Administração Central	50 702	1 250	129 627		185 863	1789 554	2 156 996
Adm. Regional	206 634		12 171		16 028	123 510	358 343
Adm. Local	585 769	20 795	31 697	175 551	143 073	232 212	1 189 098
SP Empresarial	320 134	3 825	149 494	1422	533 891	44 746	1 053 511
Outros*	36 311		6 201		1 246	20	43 778
Total findos	1 199 550	25 870	329 190	176 973	880 102	2 190 042	4 801 726
Em %	25,0%	0,5%	6,9%	3,7%	18,3%	45,6%	100,0%

* Inclui Fundações, Associações de direito privado e outras entidades

Em termos de evolução (cf. quadro seguinte), constata-se que de 2011 para 2012 houve uma redução em mais de metade do montante controlado (54%).

De relevar, por outro lado, que o **valor dos processos a que foi recusado o visto** ascendeu a **€ 1 854 501 milhares**, o que representa cerca de 39% do montante dos processos controlados por visto, mas a **grande maioria** desse valor **refere-se ao contrato** acima referido, no valor de € 1 667 689 milhares.

Evolução dos atos e contratos objeto de Visto

(Montantes: em milhares de euros)

Sede e SRs	2010					2011					2012						
	N.º processos	N.º entidades a que respeitam	Montante envolvido	Valor dos processos recusados		N.º processos	N.º entidades a que respeitam	Montante envolvido	Valor dos processos recusados		N.º processos	N.º entidades a que respeitam	Montante envolvido	Valor dos processos recusados			
Sede	1672	742	9 748 483	59 502	0,6%	1715	744	9 941 303	219 869	2,2%	1517	637	4 278 462	1761 776	41,2%		
SRA	109	61	179 151	18 154	10,1%	85	52	242 867	66 460	27,4%	87	44	313 629	87 251	27,8%		
SRM	125	30	208 128	53 516	25,7%	180	42	276 944	47 527	17,2%	117	31	209 635	5 473	2,6%		
Total	1906	833	10 135 761	131 171	1,3%	1980	808	10 461 118	333 856	3,2%	1721	712	4 801 726	1854 501	38,6%		
<i>Varição em relação ao ano anterior</i>									3%						-54%		

Anote-se que o **montante envolvido nos processos a que foi recusado o visto baixou para € 1 851 733 milhares** (menos € 792,6 milhares na Sede e menos € 1 975,4 milhares na SRM) em consequência de ter sido dado provimento a 2 recursos de recusa de visto, que culminaram com os processos visados.

3.3. Poupanças e irregularidades

CONTROLO PRÉVIO - Montantes poupados

	Sede	SRA	SRM	Total
Processos cancelados antes de decisão	1 311 192 886	75 784 000	28 500 000	1 415 476 886
Redução de encargos com devoluções	7 641 940			7 641 940
Redução de despesas após recusa visto		87 251 431	2 753 069	90 004 500
Total	1 318 834 826	163 035 431	31 253 069	1 513 123 326

CONTROLO PRÉVIO - Irregularidades detetadas

	Sede	SRA	SRM	Total
Recusas de visto	1 760 983 561	87 251 431	5 473 414	1 853 708 406
Visto com recomendações	1 149 441 353	34 044 790		1 183 486 143
Apuramento de responsabilidades financeiras			461 000	461 000
Total	2 910 424 914	121 296 221	5 934 414	3 037 655 550

3.4. Recursos ordinários – 1.ª Secção

As **decisões finais** de recusa, concessão e isenção de *Visto*, bem como as que respeitem aos emolumentos calculados pelo Tribunal, quer na Sede quer nas Secções Regionais, **podem ser impugnadas por recurso para o plenário da 1.ª Secção** – recurso ordinário.

Em 2012 foram interpostos 18 recursos (43 em 2011) e foram proferidos 23 acórdãos (38 em 2011). A repartição das decisões por tipo e por espécie de processos que estiveram na origem dos recursos consta dos quadros e gráfico seguintes.

Recursos ordinários em 2012 – movimento processual

Recursos ordinários e tipos de decisão	Origem			TOTAL
	Sede 1ª Secção	Açores	Madeira	
Transitados do ano anterior	8		5	13
Distribuídos no ano	15	2	1	18
Total para julgamento	23	2	6	31
Indeferimento liminar				
Julgado procedente	4		3	7
Julgado improcedente	13		3	16
Outras situações				
Total de Acórdãos/Decisões no ano	17		6	23
Transitados para o ano seguinte	6	2		8

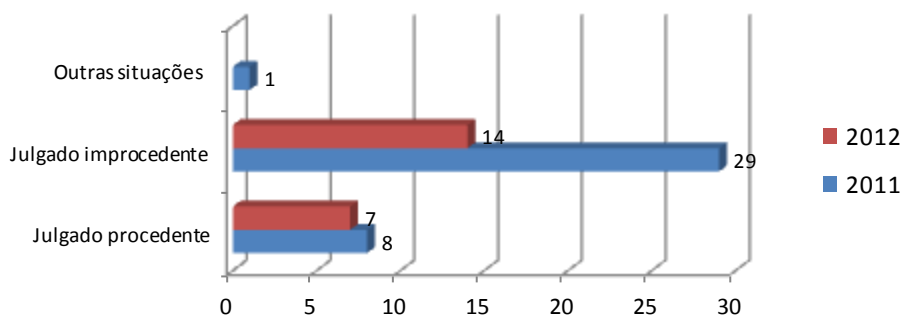
No referente aos 7 recursos julgados procedentes (revogando a decisão recorrida), 5 culminaram com decisão de visto com recomendações e 2 com a concessão de visto. As concessões de visto após recurso levaram a que o montante das recusas de visto baixasse em € 2768 milhares.

Recursos ordinários em 2012 – decisões por espécie processual (a)

Tipos de decisão	Espécie processual					Total
	Aquisição imóveis	Empreita-das	Prest. Serviços	Natureza financeir	Outros	
Indeferimento liminar						
Julgado procedente		4	3			7
Julgado improcedente	1	3	5	3	2	14
Total de decisões em 2012	1	7	8	3	2	21

(a) Neste quadro não foram contabilizados os recursos de emolumentos (2)

Recursos ordinários – decisões em 2011 e 2012



3.5. Auditorias para apuramento de responsabilidades financeiras

O Tribunal de Contas pode ordenar auditorias relativas ao exercício da fiscalização prévia, as quais podem ter em vista, designadamente, a comunicação ao Ministério Público das infrações financeiras detetadas nos processos de visto, para que ele possa instaurar os respetivos processos de responsabilização.

Auditorias para apuramento de responsabilidades financeiras em 2012

	Transita- das	Inscritas em Plano (novas)	Concluídas c/ relatório aprovado		Processos arquivados / extintos	A transitar para o ano seguinte
			Transita das	Novas		
Sede	1	25	1	8	1	16
Secção Regional dos Açores						
Secção Regional da Madeira		7	1		1	5
TOTAL	1	32	2	8	2	21

Auditorias para apuramento de responsabilidades financeiras (ARF)

N.º relat.	Objeto da auditoria	N.º recom.
9/12-ARF-1ªS	Instituto de financiamento da Agricultura e Pescas, IP - contrato de prestação de serviços/assistência pós-venda às licenças Oracle	5
8/12-ARF-1ªS	Comando da Logística do Exército - fornecimento de combustíveis em postos de abastecimento públicos	3
7/12-ARF-1ªS	Apuramento de responsabilidades financeiras - fornecimento de serviços de alimentação a vários estabelecimentos prisionais do país.	2
6/12-ARF-1ªS	Área metropolitana do Porto - contrato de prestação de serviços "Recriação, execução, edição e a produção da Agenda Metropolitana da Cultura, lporto"	2
5/12-ARF-1ªS	Camara Municipal de S. João da Madeira - contrato de compra e venda de imóvel	1
4/12-ARF-1ªS	AMAVE no âmbito do projeto VARD - Vale do Ave região digital	1
3/12-ARF-1ªS	AMAVE - Associação de Municípios do Vale do Ave - contrato de abertura de crédito de conta	1
2/12-ARF-1ªS	Câmara Municipal de Lisboa - prestação de serviços relativos à vigilância dos Túneis do Marquês de Pombal e da Av. João XXI, prestados pela EMEL durante os anos de 2008 e 2009	3
1/12-ARF-1ªS	Polis Aveiro no âmbito da "Elaboração de estudo da evolução costeira e estuarina"	1
15/12-ARF-SRM	Apuramento de responsabilidades financeiras identificadas no contrato da "empreitada de construção da rotunda do Estreito da Calheta"	2

4. O CONTROLO CONCOMITANTE

4.1. Adicionais a contratos visados

Os contratos adicionais aos contratos visados, que ficaram isentos de fiscalização prévia nos termos da Lei nº 48/2006, de 29 de Agosto, passaram a ter de ser obrigatoriamente remetidos ao Tribunal no prazo de 15 dias a contar do início da sua execução, para análise.

Na sequência dessa análise o Tribunal pode determinar a realização de auditoria ao respetivo ato ou contrato.

Contratos adicionais recebidos no Tribunal

	2011				2012			
	1.ª Secção	SRA	SRM	Total	1.ª Secção (a)	SRA	SRM	Total (a)
Número	779	37	4	820	625	25	2	652
Valor (em milhares de euros)	53 719	5 272	484	59 475	- 6 910	2 564	1 489	- 2 857

(a) O valor negativo resulta do valor da supressão de trabalhos ter sido superior ao valor resultante dos acréscimos (€ 45 298 497 - € 52 208 781)

4.2. Auditorias de fiscalização concomitante

Foram **concluídas 12 auditorias**, 10 das quais transitadas de anos anteriores. Em 2011 tinham sido concluídas 25 (19 pela 1.ª secção, 2 pela SRA e 4 pela SRM).

Auditorias de fiscalização concomitante em 2012

	Transitadas de anos anteriores	Inscritas em Plano (novas)	Concluídas c/ relatório aprovado		Processos arquivados / extintos	A transitar	
			Transitadas	Novas			Das quais não iniciadas
Sede - 1.ª Secção	12	3	3	1	3	8	1
<i>Contratos adicionais</i>	9	2	2	1	2	6	
<i>Outros</i>	3	1	1		1	2	1
Secção Regional dos Açores	4	2	2			4	
<i>Contratos adicionais</i>	3	1	2			2	
<i>Outros</i>	1	1				2	
Secção Regional da Madeira	5	6	5	1		5	
<i>Contratos adicionais</i>	1	2	1	1		1	
<i>Outros</i>	4	4	4			4	
TOTAL	21	11	10	2	3	17	1

Apresenta-se a seguir a lista das auditorias concluídas, com indicação do número de recomendações formuladas.

Controlo concomitante - Auditorias concluídas em 2012

N.º relat.	Objeto da auditoria	N.º recom.
1/12-1ªS	Fundação Inatel no âmbito do Contrato "Licença de uso e manutenção de Software"	1
2/12-1ªS	Ex Instituto dos Museus e da Conservação no âmbito da Empreitada "Museu de Évora - remodelação e valorização"	1
3/12-1ªS	Município de Alenquer no âmbito da empreitada "Arruamento envolvente ao Centro Escolar do Carregado"	1
4/12-1ªS	Munípio de Oeiras no âmbito da "Execução de Contratos de Parcerias Público Privadas não remetidos para fiscalização prévia.	13
10/12-SRA	Adicionais ao contrato de empreitada de construção dos centros de processamento de resíduos e centros de valorização orgânica por compostagem das Ilhas das Flores e Graciosa	5
15/12-SRA	Adicionais ao contrato de empreitada de construção da Escola Básica 2, 3 de Água de Pau	-
01/12-SRM	Centro de Segurança Social da Madeira – Despesas de pessoal e contratação pública – 2011	6
02/12-SRM	Execução da "Empreitada de construção da gare marítima internacional do Porto do Funchal"	4
03/12-SRM	Execução do contrato-programa celebrado, a 22 de setembro de 2010, entre a Secretaria Regional de Educação e Cultura e a Escola Profissional Atlântico, Ld. ^a	3
05/12-SRM	Câmara Municipal de Santana - Despesas de pessoal e de contratação pública - 2011	11
11/12-SRM	Câmara Municipal da Ribeira Brava – seguimento de recomendações – 2009/2011	7
13/12-SRM	Contrato de prestação de serviços para a elaboração do projeto do Hospital Central da Madeira e contrato de assessoria técnica para apreciação de propostas e desenvolvimento do projeto do Hospital Central da Madeira	4

Nota: Os Relatórios das Auditorias podem ser consultados no sítio do Tribunal de Contas na Internet: www.tcontas.pt

5. O CONTROLO SUCESSIVO

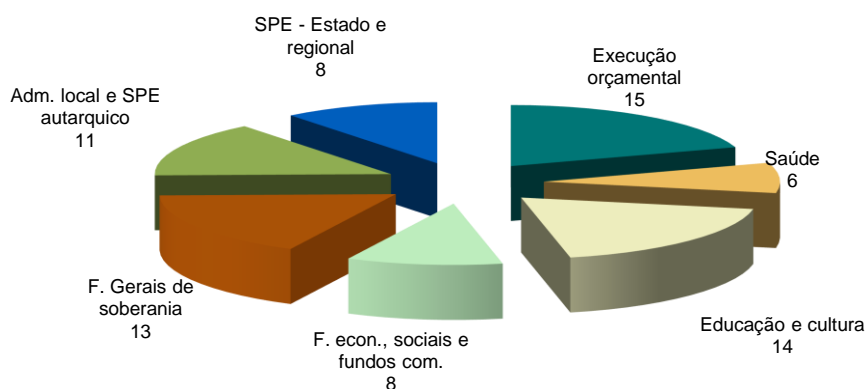
O controlo sucessivo, da competência da **2.ª Secção na Sede e das Secções Regionais**, é exercido depois de terminado o exercício ou a gerência e elaboradas as contas anuais.

A competência de fiscalização sucessiva exerce-se através da emissão do **Parecer sobre a Conta Geral do Estado (CGE)** e dos **Pareces sobre as Contas das Regiões Autónomas (CRAA e CRAM)**, da realização de auditorias, da verificação externa de contas (VEC) e da verificação interna de contas (VIC).

Para elaboração do Parecer sobre a CGE de 2011 foram realizadas 42 ações de análise interna (Ações preparatórias do Parecer). Para o PCRAA de 2011 foram realizadas 15 ações preparatórias. Para os PCRAM de 2010 e de 2011 foram realizadas diversas ações preparatórias.

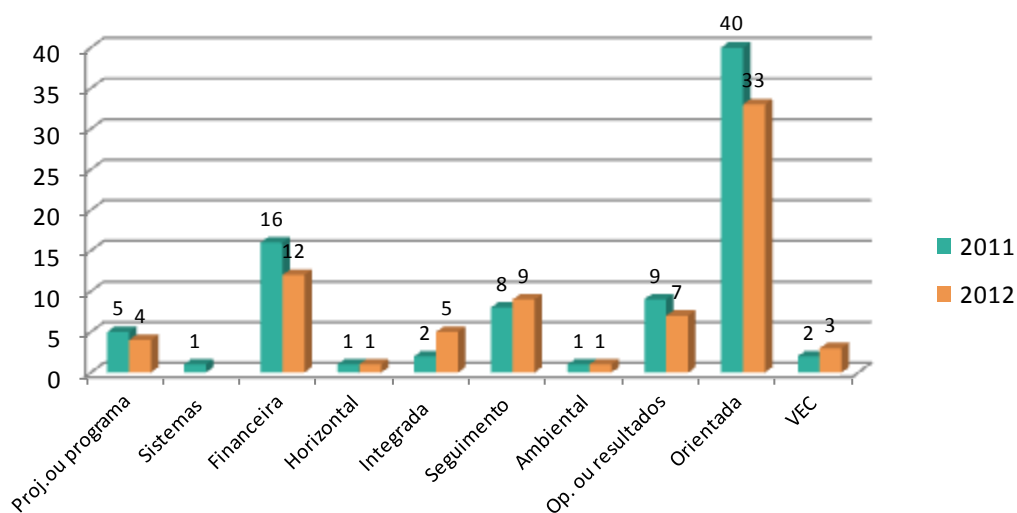
5.1. Auditorias por área de atuação e por tipologia

Número de auditorias e VEC concluídas em 2012, por área de atuação



SPE - Sector público empresarial

Auditorias por tipologia e VEC concluídas em 2011 e 2012



Número de auditorias e VEC concluídas por área de atuação

Áreas de atuação	2011				2012			
	Sede	SRA	SRM	Total	Sede	SRA	SRM	Total
Execução orçamental (a)	17		6	23	12	1	2	15
Saúde	6	3		9	5		1	6
Educação e cultura	4	4	1	9	11	2	1	14
F. econ., sociais e fundos comunitários	8	1		9	7	1		8
F. gerais de soberania	10		2	12	8	2	3	13
Segurança social e emprego	1		2	3				
Adm. local e SPE autarquico	6	3	3	12	1	9	1	11
SPE - Estado e regional	4	2	1	7	6		2	8
Associações e fundações		1		1				
Total	56	14	15	85	50	15	10	75

(a) Inclui "Segurança Social" em 2012

Número de auditorias por tipologia e VEC concluídas em 2011 e 2012

Auditorias/ VEC	2011				2012			
	Sede	SRA	SRM	Total	Sede	SRA	SRM	Total
Projeto ou programa	4	1		5	3	1		4
Sistemas	1			1				
Financeira	14	1	1	16	11		1	12
Horizontal	1			1	1			1
Integrada		2		2	2	3		5
De seguimento	6		2	8	8	1		9
Ambiental	1			1	1			1
Operacional ou de resultados	9			9	7			7
Orientada	19	10	11	40	15	10	8	33
Verificação externa de contas	1		1	2	2		1	3
Total	56	14	14	85	50	15	10	75

5.2. Lista de auditorias por área de atuação

Apresenta-se, a seguir, a lista das auditorias concluídas, com indicação do número de recomendações formuladas.

Controlo sucessivo - Auditorias concluídas em 2012

N.º relat.	Área /Objeto da auditoria	N.º recom. (a)
Execução do orçamento do Estado, do orçamento da Segurança Social e dos orçamentos das Regiões Autónomas		
41/12-2.ªS	Alienação de Imóveis do Estado a Empresas Públicas	7
30/12-2.ªS	Balanço das medidas adoptadas no âmbito da Estratégia de Lisboa / Implementação da Europa 2021	8
34/12-2.ªS	Fundos de Maneio do Centro Distrital de Setúbal do Instituto da Segurança Social, IP	8
2/12-SRA	Aplicação e controlo das transferências do ORAA - plano de investimentos para sociedades e quase sociedades não financeiras privadas	2
8/12-SRM	Encargos assumidos e não pagos pelos Serviços e Fundos Autónomos, 2010	4
7/12-SRM	Acordos de regularização de dívida da Administração Regional Direta - Situação em 31/12/2010 e em 30/06/2011	4
Funções económicas, Sociais (habitação e serviços coletivos) e Fundos Comunitários		
3/13-2.ªS	Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM)	
42/12-2.ªS	Ações de dinamização de desenvolvimento rural - PRRN	6
39/12-2.ªS	7º Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico - (7PQ)	4
37/12-2.ªS	Programa Operacional Valorização do Território (POVT)	9
35/12-2.ªS	Cumprimento da Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional (Convenção de Ramsar)	6
32/12-2.ªS	Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais do MOPTC (GPERI)- gerência 2010	20
1/13-VEC-2.ªS	Verificação Integrada de Contas da Inspeção-Geral de Jogos (2003 a 2007), do Instituto de Formação Turística, I.P. (2003 a 2007), da Direcção-Geral do Turismo (2002 a 2007) e do Turismo de Portugal, I.P. (2003 a 2008)	
6/2012-SRA	PRORURAL: Medida 1.6. Melhoria do valor económico das florestas; Medida 1.7. aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais	4
Funções Gerais de Soberania		
2/13-2.ªS	Comissão Nacional de Eleições, ano de 2010	10
33/12-2.ªS	Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos - ano de 2011	6
29/12-2.ªS	Acompanhamento de recomendações de 15 relatórios de auditoria	43
27/12-2.ªS	Grupo EMPORDEF/DEFLOC	10
22/12-2.ªS	Acompanhamento permanente da LPM	12
17/12-2.ªS	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género	6
Parecer	Conta da Assembleia da República, ano de 2011	
1/12-VEC-2.ªS	Exame das contas do Tribunal de Contas - Sede - 2011	
12/12-SRA	Atividade e Gestão dos Serviços da ALRAA	-
8/12-SRA	Deslocações e ajudas de custo dos Gabinetes dos Membros do Governo Regional	18
17/12-SRM	Conta da Assembleia Legislativa da Madeira - 2011	5
16/12-SRM	Direcção Regional de Administração da Justiça	6
10/12-SRM	Verificação Externa à Conta do Tesoureiro do Governo Regional – 2011	
Ciência, Inovação e Ensino Superior, Educação, Cultura e Desporto		
1/13-2.ªS	Instituto de Meteorologia, IP - gerência de 2009	12
31/12-2.ªS	Apuramento do custo médio por aluno nas escolas públicas (pedida pela AR)	4
25/12-2.ªS	Parque Escolar, EPE - Obras de modernização da Escola secundária Sá de Miranda	3
24/12-2.ªS	Parque Escolar, EPE - Obras de modernização da Escola básica e secundária Rodrigues de Freitas, incluindo o Conservatório de Música do Porto	4
20/12-2.ªS	Parque Escolar, EPE - Obras de modernização da Escola básica e secundária do Cerco	1
18/12-2.ªS	Parque Escolar, EPE - Obras de modernização da Escola secundária Paços Manuel	6
16/12-2.ªS	Parque Escolar, EPE - Obras de modernização da Escola secundária D. João de Castro	8

Ciência, Inovação e Ensino Superior, Educação, Cultura e Desporto (cont.)

13/12-2.ªS	Faculdade de Motricidade Humana- UTL - Gerência de 2009	11
10/12-2.ªS	Universidade de Aveiro-Reitoria - Gerência de 2008	13
9/12-2.ªS	Parque Escolar, EPE - Programa de modernização do parque escolar destinado ao ensino secundário 2007-2010 (abrange 6 escolas, cada uma com um relatório autónomo)	25
8/12-2.ªS	GEPE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação e outros organismos do Ministério da Educação no âmbito do Plano Tecnológico da Educação	4
5/12-SRA	Fundo Regional do desporto	3
1/12-SRA	Escola Secundária Domingos Rebelo e fundo escolar	7
09/12-SRM	Escola Secundária de Jaime Moniz - 2011	5

Saúde

38/12-2.ªS	Seguimento de recomendações da auditoria à consolidação de contas e situação económico-financeira do SNS - 2008-2009	18
28/12-2.ªS	Aprovisionamento das unidades hospitalares do SNS, como instrumento de contenção de custos	79
26/12-2.ªS	Serviços de cirurgia cardiotorácica das unidades hospitalares do Serviço Nacional de Saúde	29
14/12-2.ªS	Boas práticas de gestão no Instituto Português de Oncologia de Lisboa, de Coimbra e do Porto	39
12/12-2.ªS	Controlo da execução orçamental e actividade do Sistema de controlo interno no âmbito do Ministério da Saúde	89
12/12-SRM	IASAÚDE, IP-RAM no âmbito da factualidade enunciada no Relatório da Inspeção Regional de Finanças - Anos 2008 e 2009	2

Administração Local e SPE autárquico

19/12-2.ªS	Suplementos remuneratórios e outros abonos na Administração Local	35
17/12-SRA	Município da Lagoa - dívida pública e encargos plurianuais	5
16/12-SRA	Município da Praia da Vitória - dívida pública e encargos plurianuais	3
14/12-SRA	Município de Angra do Heroísmo - dívida pública e encargos plurianuais	2
13/12-SRA	VFC Empreendimentos, EM - Relações financeiras com o Município de Vila Franca do Campo e empresas participadas	5
11/12-SRA	Município da Horta - dívida pública e encargos plurianuais	2
9/12-SRA	Município da Ribeira Gande	1
7/12-SRA	Execução do plano de saneamento financeiro do Município da Povoação	2
4/12-SRA	Município de Ponta Delgada	1
3/12-SRA	Situação financeira da freguesia da Feteira	3
6/12-SRM	Empreendimentos SolCalheta, EEM – 2006/2010	8

SPE da Administração Central e Regional e Entidades Reguladoras

40/12-2.ªS	Parque Expo - Gestão Urbana do Parque das Nações, SA	9
21/12-2.ªS	AdP- Águas de Portugal, SGPS, SA - seguimento de recomendações	7
36/12-2.ªS	Despesas dos Gabinetes governamentais - seguimento de recomendações	5
23/12-2.ªS	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	21
15/12-2.ªS	Novo modelo de gestão e financiamento do setor rodoviário - Gestão e regulação das PPP pelo INIR	20
11/12-2.ªS	Contrato de concessão Fertagus - seguimento da concessão	2
14/12-SRM	Concessão, exploração, conservação e manutenção dos lanços de estradas regionais atribuídos à VIAMADEIRA, S.A.	4
4/12-SRM	SESARAM no âmbito da factualidade enunciada no Relatório da Inspeção-geral das Atividades em Saúde	1

Nota: Há mais 9 auditorias que contribuem para o PCGE sem relatório autónomo aprovado pelo Tribunal.

- (a) Por cada recomendação dirigida a mais do que uma entidade, foram contadas tantas recomendações quantas as entidades a quem se formularam.

5.3. Lista das irregularidades

CONTROLO SUCESSIVO - Irregularidades/ilegalidades detetadas nas auditorias e Pareceres - 2012

Dep.	Montante (em euros)	Relatório/ Pareceres	Breve descrição da irregularidade
Execução do orçamento do Estado, do orçamento da Segurança Social e dos orçamentos das Regiões Autónomas			
DA I	42 400 000	Parecer CGE de 2011	Sobrevalorização da despesa inscrita na CGE por transferências de verbas para as contas dos próprios organismos para utilização no ano orçamental seguinte
	743 800 000		Sobrevalorização da despesa pela transferência de dotações orçamentais do Cap. 60 – Despesas Excepcionais para contas específicas do Tesouro
	2 202 600 000		Como resultado da omissão de valores e da errada classificação económica de receitas e despesas associadas à dívida pública, com violação de princípios orçamentais, as receitas e as despesas do Estado relativas a passivos financeiros constantes da CGE de 2011 estão subavaliadas (€46,8 M de receitas correntes, €1.973,8 M de receitas de capital, €1.148,2 M de despesas correntes e €372,3 M de despesas de capital)
	30 000 000		A CGE não incluiu as anulações de créditos efetuadas pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, pelo Instituto do Cinema e do Audiovisual, pelo Instituto de Ação Social das Forças Armadas e pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas
	3 018 800 000		<i>Total DA I</i>
DA II		Parecer CGE de 2011	<i>Incumprimento o Princípio da Universalidade - receita orçamental/extraorçamental/cessante não registada</i>
	363 108 219		IRS – Receita afeta aos Municípios (participação variável) por registar
	715 190 000		IVA – Receita afeta à Segurança Social (IVA Social) por registar
	540 650 797		Contribuição de Serviço Rodoviário por registar
	9 355 146 947		Receita de Operações Extraorçamentais por registar na CGE
	682 562 071		IRC – Despesa Fiscal por registar na CGE
			<i>Incumprimento do Princípio da Universalidade - cobrança/restituição de receita orçamental não registada</i>
	35 800 451		Cobrança de receita de alienação de imóveis por registar
	15 907 361		Restituição de receita de alienação de imóveis por registar
			<i>Incumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria - não cobrança de receita orçamental devida</i>
	38 408 689		Rendimentos obtidos com Fundos fora do Tesouro em 2011
			<i>Incumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria - disponibilidades fora do Tesouro</i>
388 680 772	Fundos de Serviços da Administração Central fora do Tesouro em 31-12-2011		
808 192 691	Fundos de Empresas Públicas fora do Tesouro em 31-12-2011		
12 943 647 999	<i>Total DA II</i>		
DA III	2 100 000	Parecer CGE de 2011	Subavaliação da receita e da despesa orçamental de 2011
	102 000 000		Devido a insuficiência orçamental, permaneceram por pagar à União Europeia montantes de recursos próprios (IVA e RNB), a que acrescerão juros de mora
	104 100 000	<i>Total DA III</i>	
DA VII	1 719 817	Parecer CGE de 2011	Por instaurar processos para cobrança coerciva de dívidas à Segurança Social não resultantes de pagamentos indevidos a pensionistas
	121 815		Arrecadada pela Segurança Social receita proveniente de custas indevidamente cobradas aos contribuintes por entrega de declarações de remunerações fora do prazo
	28 608	34/12	Impossível de confirmar no ISS, IP a veracidade da dívida relevada relativamente a 18 fundos de maneo por insuficiência, inconsistência ou inexistência de documentação comprovativa
	1 870 240	<i>Total DA VII</i>	
SRA	103 892	2/12-SRA	Atribuição e pagamento de 4 apoios financeiros sem suporte legal
	19 599 813		Não publicitação semestral dos apoios concedidos
	7 892 929		Incorreções na contabilização dos apoios
	100 000		Transferência do valor do apoio, na conta bancária aberta em nome de Ricardo Bento Moura, quando deveria ter sido na conta bancária da entidade que o representa e com a qual foi celebrado o contrato-programa, empresa Atlandidatv, Lda
	41 210		Não contabilização da transferência efetuada pela empresa SINAGA, S.A., referente a apoio dado.
27 737 845	<i>Total SRA</i>		

Irregularidades na receita

Outras

SRM	44 800 000	Parecer CRAM de 2010	A Conta da RAM de 2010 não espelha de forma fiel as cobranças dos principais agregados da receita (Impostos e Transferências Correntes).
	202 600 000		Omissão de encargos assumidos e não pagos dos SFA e da Administração Regional Direta no relatório da conta da RAM e não reporte dos mesmos à DGO e ao INE
	1 052 200 000		Inobservância do limite de endividamento
	31 600 000	Parecer CRAM de 2011	Subavaliação do montante da dívida pública direta evidenciado na conta da RAM.
	1 356 300 000		Encargos assumidos e não pagos (EANP) respeitantes ao Cap. 50 (PIDDAR) por pagar.
	128 500 000		Sobreavaliação da Receita Comunitária.
	1 051 100 000		Ultrapassagem do limite de endividamento.
	293 000 000	8/12-SRM	Falta de reporte de EANP às autoridades estatísticas nacionais pelo IASAÚDE e pelo IDRAM.
	116 700 000		Assunção de encargos sem cabimento na correspondente dotação orçamental pelo IASAÚDE e pelo IDRAM.
	99 300 000		Não inscrição orçamental das despesas obrigatórias decorrentes de lei ou de contrato pelo IASAÚDE e pelo IDRAM.
	601 700 000	7/12-SRM	Falta de registo e processamento das despesas.
	367 000 000		Violação de normas legais sobre a assunção de encargos.
	1 074 900 000		Incumprimento da obrigação de reporte de encargos assumidos.
6 419 700 000	<i>Total SRM</i>		
22 515 856 084	Total execução orçamental		

Funções económicas, Sociais (habitação e serviços coletivos) e Fundos Comunitários

DA III	2 000	32/12	Rubricas abrangidas pelo despacho de constituição do fundo de maneo não adequadas
	1 367		Os saldos das duas gerências partidas não refletiam montantes por regularizar
	3 897 068	35/12	Realização, em 2010 e 2011, de procedimentos de contratação pública sem publicação do respetivo anúncio de pré- informação (artigo 34.º do CCP)
	248 988	37/12	Menção da marca de um equipamento no caderno de encargos, contrariando o disposto no artigo 49.º, n.º 12, do CCP
	2 053 717		Fixação de habilitações técnicas, no programa de concurso, com a exigência da habilitação de empreiteiro geral, o que consubstanciou uma exigência que excedeu as habilitações legalmente exigíveis (artigo 31.º, n.os 1 e 2, do Decreto- Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro)
	1 854 420	1/13	Fluxos financeiros não contabilizados
	181 510	3/13	Não cumprimento do Regime da Tesouraria do Estado
	1 327 298		Valor contabilizado em excesso na conta 261- " Fomecedores de imobilizado"
	9 566 367	<i>Total DA III</i>	
9 566 367	Total de Funções económicas, Sociais e Fundos Comunitários		

Funções Gerais de Soberania

DA IV	600 000	17/12	Fundos comunitários e internacionais não contabilizados
	9 000		Pagamentos indevidos de deslocações
	4 900 000	22/12	Dotações da LPM para fins diferentes dos previstos
	69 000 000		Compromissos subavaliados e dotações insuficientes (FAP)
	18 000 000		Dotação para o SIG inexistente na LPM
	560 000	27/12	Alterações contratuais (prazos de entrega, preço)
	120 240 000		O aluguer de 10 helicópteros superior ao preço inicial
	1 100 000		Faturação duplicada da DEFLOC à SGMDN
	883 000		Faturação omitida da DEFLOC à SGMDN
	6 000	33/12	Deficiências nas reduções remuneratórias
	3 000		Legislação inadequada no cálculo de trabalho extraordinário
	100		Pagamento em excesso do abono para falhas
	700	2/13	Pagamento indevido de subsídio de refeição
	215 301 800	<i>Total DA IV</i>	

SRA	605	8/12-SRA	Ajuda de custo pago em excesso, despesa sem suporte legal e despesa sem cabimento orçamental
	605	Total SRA	
SRM	18 129 934	16/12-SRM	Não entrega ao estado da parcela das receitas brutas cobradas pelos serviços dos registos e do notariado sedeados na RAM.
	394 360	17/12-SRM	Fracionamento da despesa e preterição do procedimento adequado, de que resultou a não sujeição à fiscalização prévia de despesa no montante de 389 609,08€ e pagamentos, no montante de 4 751,16€, relacionados com a renovação ilegal de um contrato de limpeza
	18 524 294	Total SRM	
233 826 698		Total Funções Gerais de Soberania	

Ciência, Inovação e Ensino Superior, Educação, Cultura e Desporto

DAV	255 660	8/12	Despesas e pagamentos ilegais respeitantes a renovação de contratos de avença
	158 492	10/12	Diversos pagamentos ilegais
	137 303	13/12	Diversos pagamentos ilegais de pessoal não docente contornando o regime legal aplicável à realização de trabalho extraordinário
	15 413 461	16/12	Diversos pagamentos ilegais resultantes, nomeadamente de fracionamento de despesa em obras realizadas, da não realização de trabalhos contratuais medidos, faturados e pagos, e de trabalhos a mais não enquadráveis no respetivo regime legal
	5 275 492	18/12	Autorizações de despesa e pagamentos ilegais resultantes de diversas situações, como é o caso de trabalhos a mais que não se enquadram no respetivo regime.
	17 314 164	24/12	Despesas e pagamentos ilegais resultantes de fracionamento de despesa
	2 742 413	20/12 e 25/13	Despesas e pagamentos ilegais resultantes da realização de trabalhos a mais que não se enquadram no respetivo regime legal
	41 296 985	Total DAV	
41 296 985		Total Ciência, Inovação e Ensino Superior, Educação, Cultura e Desporto	

Saúde

DA VI	35 100 000	21/12	Faturação irregular à ACSS por parte do IPO Porto, que não cumpriu as regras de faturação e originou correção aos Resultados Líquidos dos respetivos anos.
	35 100 000	Total DA VI	
SRM	34 993	12/12-SRM	Pagamentos indevidos relacionados com remunerações processadas e pagas ilegalmente
	34 993	Total SRM	
35 134 993		Total Saúde	

Administração Local e Setor Empresarial Local

DA VIII	224 351	19/12	
	224 351	Total DA VIII	
SRA	125 486	3/12-SRA	Contração de empréstimos geradores de dívida pública fundada, com inobservância do limite de endividamento
	950 000	7/12-SRA	Inscrição orçamental da receita proveniente da venda de bens de investimento sem que se demonstre a existência de fundadas expectativas da sua efetiva arrecadação.
	537 370		Dotação global das rubricas da despesa corrente superior ao limite fixado em plano de saneamento financeiro, bem como aos limites fixados na lei do OE para a respetiva evolução
	1 300 000	13/12-SRA	Obtenção de crédito bancário por parte de Município que não dispõe de capacidade legal de endividamento
	430 729		Atribuição de subsídios que não se enquadram no objeto legalmente possível da empresa municipal, para constituir uma atividade de natureza administrativa, sem carácter empresarial

SRA	6 361 606	16/12-SRA	Omissão, nos anexos às demonstrações financeiras, da referência às responsabilidades assumidas pelo Município através das suas participadas.
	1 980 000	17/12-SRA	Execução de contratos de empréstimo geradores de dívida pública fundada sem que tenham sido submetidos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas.
	11 685 191	<i>Total SRA</i>	
SRM	362	6/12-SRM	Pagamento indevido a título de subsídio de insularidade
	362	<i>Total SRM</i>	
11 909 904		Total Administração Autárquica	

Setor Empresarial do Estado

DA IX	1 288 000	23/12	Atribuição, por parte da Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM), de indemnizações compensatórias irregulares
	6 471 000		Financiamento público à marcação dos metais preciosos cuja tabela de preços não é atualizada desde 1990
	215 000		Utilização ilegal dos cartões de crédito da empresa (INCM)
	5 000		Manutenção em caixa de montantes consideráveis que deveriam ser rentabilizados em depósitos
	7 979 000		<i>Total DA IX</i>
SRM	399 104	4/12-SRM	Pagamentos indevidos relacionados com remunerações acumuladas ilegalmente e pagos a título de subsídio de insularidade
	751 699 800	14/12-SRM	Não sujeição à fiscalização prévia do TC de um contrato de concessão celebrado com a VIAMADEIRA, SA, no montante de 751 473 000,00€ e pagamentos, no montante de 226 800,00€ relacionados com a contratação de serviços de assessoria financeira sem o procedimento concursal legalmente exigível em função do valor.
	752 098 904	<i>Total SRM</i>	
760 077 904		Total Sector empresarial do Estado	

23 607 668 936 Total geral - Pareceres e auditorias

Verificação interna de contas

Sede	8 124 710	Irregularidades envolvendo situações sobretudo de: existência de encargos sem o correspondente crédito orçamental e; a celebração de acordos de regularização de dívida com fornecedores com o fim de consolidar dívida de curto prazo por parte de dois Municípios.
SRA	1 467 861	
SRM	20 572 647	
30 165 217		Total Verificação interna de contas

23 637 834 153 Total geral

Sede	16 386 011 452
SRA	40 891 501
SRM	7 210 931 200

5.4. Lista das poupanças conhecidas em 2012

CONTROLO SUCESSIVO - Montantes poupados decorrentes da implementação de recomendações do TC, conhecidos em 2012

Dep.	Montante (em €)	N.º do Relatório	Breve descrição do impacto
Execução do orçamento do Estado, do orçamento da Segurança Social e dos orçamentos das Regiões Autónomas			
DA VII	29 178	16/07	Recuperada a dívida à Segurança Social da Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa (ex- Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral) proveniente de um adiantamento
	29 234	20/09	Recuperado o adiantamento de verbas da Segurança Social sem lei permissiva para o efeito
	58 411	<i>Total DAVII</i>	
Funções Gerais de Soberania			
DA IV	249 000	27/12	Acerto entre faturação duplicada e omitida
	5 000	29/12	Regularização de "Outras Operações com Pessoal"
	100	32/12	Reposição de abono para falhas
	254 100	<i>Total DA IV</i>	
Ciência, Inovação e Ensino Superior, Educação, Cultura e Desporto			
DA V	290 504	16/12	Reposição de montante indevidamente pagos incluindo €14 244 de juros
	25 552	18/12	Acerto de contas
	1 325 972	10/12	Aumento de receita decorrente da restituição à Universidade de Aveiro do fundo científico da Fundação João Jacinto Magalhães e do Instituto de Engenharia Eletrónica e Telemática de Aveiro, que foram extintos.
	1 642 028	<i>Total DA IV</i>	
Administração Local			
SRM	362	6/12-SRM	Reposição do subsídio de insularidade
	362	<i>Total DA SRM</i>	
Setor Empresarial do Estado			
DA IX	24 500 000	23/08	Poupança decorrente da melhoria dos resultados líquidos das empresas do grupo Águas de Portugal, entre 2006 e 2011, na sequência da recomendação do Tribunal ao Conselho de Administração que estimulasse a eficiência e a auto-sustentabilidade económico-financeira das empresas , em geral, e das empresas que integram a área de Serviços Instrumentais, em particular
	1 400 000		Poupança em resultado da alteração da política de preços que permitiu inverter os resultados obtidos passando a positivos, de 2009 a 2011, na sequência da recomendação do Tribunal de que fomentasse a sustentabilidade do negócio da sociedade AdP Serviços, SA., e impedisse que esta praticasse preços abaixo dos custos de produção
	300 000		Poupança decorrente da redução com custos com viaturas , entre 2006 e 2011, na sequência de recomendação do Tribunal de que produzisse uma análise custo-benefício formal e sustentada sobre as viaturas de serviço personalizadas e circunscrevesse adequadamente a sua atribuição
	26 200 000	<i>Total DA IX</i>	
28 154 901		Total	
Sede	28 154 539		
SRA			
SRM	362		

5.5. Verificação interna de contas

A competência de fiscalização sucessiva do Tribunal também se exerce através da verificação interna das contas dos organismos sujeitos à jurisdição do Tribunal e não isentos de prestação de contas, nos termos da Lei.

Verificação interna de contas em 2012, Sede e Secções Regionais

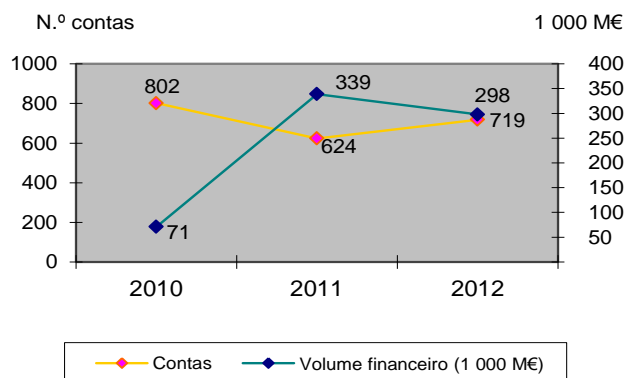
Sede e SRs	Contas homologadas		Das quais com recomendações	Recusada a homologação		Entidades a que respeitam as contas		Vol. Financeiro	
	N.º	%		N.º	%	N.º	%	Milhares de euros	%
Sede	578	82%	84	7	54%	482	79%	294 769 752	99%
SRA	70	10%	67			69	11%	1 717 204	1%
SRM	58	8%		6	46%	56	9%	1 220 428	0,4%
Total	706	100%	151	13	100%	607	100%	297 707 383	100%

Verificação interna de contas em 2012, por Administração

Administração	Contas homologadas		Das quais com recomendações	Recusada a homologação		Entidades a que respeitam as contas		Vol. Financeiro	
	N.º	%		N.º	%	N.º	%	Milhares de euros	%
Adm. Central	401	57%	31	5	38%	340	56%	282 068 962	95%
Adm. Autárquica	236	33%	90	6	46%	200	33%	13 389 949	4%
Adm. Regional	69	10%	30	2	15%	67	11%	2 248 471	0,8%
Total	706	100%	151	13	100%	607	100%	297 707 383	100%

Verificação interna de contas – evolução Sede e Secções Regionais

N.º de Contas / Volume financeiro



**Verificação interna de contas em 2011 e 2012,
Sede e Secções Regionais**

Sede e SRs	2011		2012	
	N.º contas	Vol. Financeiro	N.º contas	Vol. Financeiro
Sede	514	335 562 886	585	294 769 752
SRA	48	1 812 168	70	1 717 204
SRM	62	1 693 920	64	1 220 428
Total	624	339 068 974	719	297 707 383
		<i>Variação</i>	15%	-12%

5.6. Relatórios de órgãos de controlo interno

Nos termos da LOPTC, os órgãos de controlo interno devem remeter ao TC os relatórios das suas ações sempre que contenham matéria de interesse para a ação do Tribunal. Em 2012 foram recebidos relatórios, designadamente, da Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, da Inspeção-Geral da Administração Interna, da Inspeção-Geral da Administração Local, da Inspeção-Geral das Atividades em Saúde, da Inspeção-Geral de Finanças, da Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Relatórios de órgãos de controlo interno em 2012

	Transitados do período anterior	Entrados	Analisados no período		A transitar	
			Concluídos			
			Remetidos ao MP	Em curso		
	1	2	3	4	5	6 (1+2-3)
Entidades*:						
Adm. Central	283	43	4	1	135	322
Adm. Autarquica	56	57	62	55	51	51
Adm. Regional	2	2	3	1	1	1
TOTAL	341	102	69	57	187	374

* Entidades auditadas/inspeccionadas

**Relatórios de órgãos de controlo interno em 2011 e 2012
Sede e Secções Regionais**

	Analisados em 2011			Analisados em 2012		
	Concluídos		Em curso	Concluídos		Em curso
	Remetidos ao MP			Remetidos ao MP		
Sede	54	32	134	62	56	181
SRA	8	1	3	6		4
SRM	2		1	1	1	2
Total	64	33	138	69	57	187

5.7. Denúncias, queixas, exposições e pedidos de esclarecimento

As participações, exposições e queixas recebidas no Tribunal e relacionadas com a sua função de controlo são analisadas e, sempre que tenham factualidade pertinente, são efetuadas as diligências consideradas necessárias. A análise dos processos de denúncias e queixas podem levar à realização de ações de fiscalização por parte do Tribunal.

Denúncias, queixas e pedidos de esclarecimento em 2012, por Administração

	Transitados do período anterior	Entrados	Analisados no período			A transitar
			Concluídos		Em curso	
				Remetidos ao MP		
1	2	3	4	5	6 (1+2-3)	
Entidades:						
Adm. Central	82	171	152		49	101
Adm. Local	59	24	14	1	61	69
Adm. Regional	1	3	1	1	3	3
TOTAL	142	198	167	2	113	173

Denúncias, queixas e pedidos de esclarecimento em 2011 e 2012, Sede e Secções Regionais

	Analisados em 2011			Analisados em 2012		
	Concluídos		Em curso	Concluídos		Em curso
		Remetidos ao MP			Remetidos ao MP	
Sede	39		90	163		108
SRA				2		1
SRM	1	1	2	2	2	4
Total	40	1	92	167	2	113

6. A EFETIVAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

As 1.^a e 2.^a Secções e as Secções Regionais, passaram a poder aplicar as multas previstas no artigo 66.º da Lei de Organização e Processo do TC (Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto - LOPTC).

Podem também relevar a responsabilidade por infração financeira (art.º 65 da LOPTC) apenas passível de multa nos termos previstos na Lei.

Os responsáveis indiciados podem pôr fim ao processo sancionatório através do pagamento voluntário da multa pelo seu mínimo, nos termos do disposto no artigo 65.º, n.º 3, e no artigo 69.º, n.º 2, alínea d), da LOPTC.

Aplicação de multas e relevação de responsabilidades

Multas do art.º 66 - 1.^a e 2.^a Secções, SRA e SRM

	2011			2012		
	N.º processos	N.º de demandados	Montantes (em euros)	N.º processos	N.º de demandados	Montantes (em euros)
No âmbito do controlo prévio	2	2	1 530	16	16	11 730
No âmbito do controlo concomitante	16	18	18 660	22	22	13 770
No âmbito do controlo sucessivo	26	29	17 970	49	53	24 450
Total	44	49	38 160	87	91	49 950

Das multas do art.º 66 aplicadas (em 87 processos), 38, no valor de € 25 500, foram-no pela 1.^a Secção, 4, no valor de € 3030, foram-no pela 2.^a Secção e 45, no valor de € 21 420, pela SRM.

Multas do art.º 66 - relevação de responsabilidades sancionatórias 1.^a e 2.^a Secções, SRA e SRM

	2011		2012	
	N.º processos	N.º de demandados	N.º processos	N.º de demandados
No âmbito do controlo prévio	53	53	24	24
No âmbito do controlo concomitante	81	81	26	27
No âmbito do controlo sucessivo			4	4
Total	134	134	54	55

Dos 54 processos de 2012 com relevação de responsabilidade, 50 foram da 1.^a Secção, 2 da SRA e 2 da SRM.

Infrações financeiras – pagamento voluntário e relevação de responsabilidades

Multas do art.º 65 para pagamento voluntário - 1.ª e 2.ª Secções, SRA e SRM

	2011			2012		
	N.º processos	N.º de demandados	Montantes (em euros)	N.º processos	N.º de demandados	Montantes (em euros)
No âmbito do controlo prévio	1	1	3 060			
No âmbito do controlo concomitante	3	10	14 860	1	2	2 970
No âmbito do controlo sucessivo	2	6	8 032			
Total	6	17	25 952	1	2	2 970

O pagamento voluntário verificado em 2012 é referente a um processo da 1.ª Secção.

As multas do art.º 65 não pagas voluntariamente na primeira fase, são remetidas ao MP. A convite deste, antes da instauração de processo de efetivação de responsabilidades, querendo, os responsáveis indiciados podem ainda apresentar-se para efetuar o pagamento voluntário da multa. Os 62 processos de 2012 que constam do quadro seguinte tiveram origem: 20, no valor de € 109 952, na 1.ª Secção; 14, no valor de € 88 835, na 2.ª Secção; 2, no valor de € 8 820, na SRA e 12, no valor de € 46 233, na SRM.

Multas do art.º 65 para pagamento voluntário após notificação do MP Sede e Secções Regionais

	2011			2012		
	N.º processos	N.º de demandados	Montantes (em euros)	N.º processos	N.º de demandados	Montantes (em euros)
No âmbito do controlo concomitante	12	35	51 879	27	50	138 433
No âmbito do controlo sucessivo	12	47	109 929	21	64	115 408
Em processos de órgãos de controlo interno	9	23	30 567	14	30	52 695
Total	33	105	192 375	62	144	306 536

Multas do art.º 65 - relevação de responsabilidades sancionatórias 1.ª e 2.ª Secções, SRA e SRM

	2011		2012	
	N.º processos	N.º de demandados	N.º processos	N.º de demandados
No âmbito do controlo prévio	1	1	1	7
No âmbito do controlo concomitante	4	4	7	10
No âmbito do controlo sucessivo	21	122	8	37
Total	26	127	16	54

Dos 16 processos de 2012 com relevação de responsabilidade, 4 foram da 1.ª Secção, 2 da SRA e 10 da SRM.

Efetivação de responsabilidades financeiras

A efetivação de responsabilidades financeiras cabe à 3.^a Secção, na Sede, e às Secções Regionais dos Açores e da Madeira.

Em 2012, dos processos de efetivação de responsabilidades financeiras introduzidos pelo Ministério Público que corriam termos na 3.^a Secção e Secções Regionais (29 transitados de 2011 e 14 registados em 2012 – 39 na Sede e 4 na SRM), foram extintos os respetivos procedimentos, por pagamento voluntário, em 2 processos (na Sede) e foram julgados 20 (19 na Sede e 1 na SRM).

Efetivação de responsabilidades financeiras em 2012 3.^a Secção e Secções Regionais

Tipos de processo	Findos antes de julgamento	Julgados		
	Pagamento voluntário	Sentença condenatória	Sentença absolutória	Conversão de reposição em pag.º multa
Julgamento de resp. financeira	2	9	8	3
<i>Artº 59.º e 60.º da Lei 98/97</i>		1		1
<i>Artº 59º, 60.º e 65.º da Lei 98/98</i>		2	1	2
<i>Artº 65.º da Lei 98/98</i>	2	6	7	
Processo autónomo de multa				
Total	2	9	8	3

A 3.^a Secção, em Plenário, apreciou os recursos interpostos, tendo proferido 20 acórdãos em processos de julgamento de contas, de julgamento de responsabilidades financeiras, de matéria emolumentar e de multas aplicadas. O quadro seguinte apresenta o detalhe dos dados.

Recursos em 2012 – Plenário da 3.ª Secção

Tipos de processo	Transitados	Distribuídos em 2012	Julgados		Remetidos à 1.ª instância	Em curso
			Procedentes	Improcedentes		
Em matéria de resp. financeiras	3	9	1	4	1	11
<i>Julgamento de contas</i>	1			1		1
<i>Artº 59.º, 60.º e 65.º da Lei 98/98</i>	1			1		1
<i>Julgamento de resp. financeira</i>	2	9	1	3	1	10
<i>Artº 59.º e 60.º da Lei 98/97</i>		1				1
<i>Artº 59.º, 60.º e 65.º da Lei 98/98</i>		3				3
<i>Artº 65.º da Lei 98/98</i>	2	5	1	3	1	6
Em matéria emolumentar (2.ª S e SR)	1	1	2		1	1
<i>Emolumentos fixados pela 2.ª S</i>	1	1	2		1	1
De multas	8	5	9	4	12	1
<i>Aplicadas pela 1.ª Secção</i>	5	3	5	3	8	
<i>Aplicadas pela 2.ª Secção</i>	1	2	2	1	2	1
<i>Aplicadas na SRA</i>	1		1		1	
<i>Aplicadas na SRM</i>	1		1		1	
Total	12	15	12	8	14	13

Em resultado dos processos de efetivação de responsabilidade financeira foram ordenadas reposições por pagamentos indevidos e aplicadas multas. Em momento anterior ao julgamento foram efetuados pagamentos voluntários de multas. A repartição dos respetivos montantes por Sede e Secções Regionais consta do quadro seguinte que apresenta, também, dados do triénio anterior.

Multas e reposições em 2011 e 2012 – 3.ª Secção e Secções Regionais

	2 011				2 012				N.º responsáveis
					Montantes (em euros)				
	3.ª Secção	SRA	SRM	Totais	3.ª Secção	SRA	SRM	Totais	
Reposições ordenadas	37 568	14 666		52 234	10 245			10 245	8
<i>Por pagamentos indevidos</i>	12 500	14 666		27 166	5 245			5 245	
<i>Por alcances</i>	25 068			25 068					
<i>Outros</i>					5 000			5 000	
Multas aplicadas	47 847	24 980	13 632	86 459	42 156			42 156	24
<i>Das quais em relatórios de OCI</i>					1 440			1 440	
Multas pagas voluntariamente antes de julgamento (requeridas nas petições iniciais do MP)	15 853	2 900		18 753	8 370	8 820		17 190	10
<i>Das quais em relatórios de OCI</i>					2 880			2 880	

OCI - Órgãos de controlo interno

Desobediência qualificada

Nos termos do art.º 68.º da LOPTC, nos casos de falta de apresentação de contas ou de documentos, a decisão fixa um prazo para que o responsável proceda à sua entrega, constituindo o seu incumprimento um crime de desobediência qualificada e cabendo ao MP a instauração do respetivo procedimento no tribunal competente.

Nestes termos, em 2012, foram comunicados aos tribunais competentes 20 crimes de desobediência classificada (em 20 processos autónomos de multa de 2011, de Juntas de Freguesias).

Relativamente a 6 daqueles processos, nos termos da Lei n.º 27/96 de 1 de Agosto – Regime jurídico da tutela administrativa -, recaiu decisão de **dissolução de órgão autárquico**.

7. O MINISTÉRIO PÚBLICO (MP) JUNTO DO TC

7.1. O MP e a efetivação de responsabilidades

Junto do Tribunal tem assento o MP a quem cabe requerer, perante a 3.ª Secção e Secções Regionais, o julgamento dos processos de efetivação de responsabilidades financeiras.

Despachos do Ministério Público (Sede e SR) em relatórios que lhe foram participados nos termos e para os efeitos do art.º 57.º da LOPTC (com infrações evidenciadas) - 2012

Tipologia dos Relatórios	Transitados do ano anterior	Notificados no ano	Despacho do MP					Em curso	
			Não requer procedimento jurisdicional		Extinção resp. por pagamento voluntário das sanções	Requer Julgamento	Arquivamento (a)		Outras situações (b)
			Inviabilidade de elementos probatórios e factuais	Inviabilidade por incumprimento do art.º 13.º da LOPT					
Controlo prévio e concomitante									
Relatórios de auditoria de fiscalização prévia	1								1
Relatórios de apuramento de responsabilidades financeiras		4				1			3
Relatórios de auditoria de fiscalização concomitante	17	6	1		10	5	1		6
Controlo sucessivo									
Relatórios de auditoria de fiscalização sucessiva	36	27	1		9	5	3	1	44
Relatórios de Verificação Externa de Contas									
Relatórios de Verificação interna de Contas	1	5			2		3		1
Relatórios de Órgãos de Controlo Interno	13	17	1	1	7	1	11		9
Total	68	59	3	1	28	12	18	1	64

(a) Situações em que o MP arquia por discordar da qualificação jurídica, como infracção financeira, efectuada no relatório de auditoria.

(b) Prescrição do prazo para o exercício do direito.

A repartição por Sede e Secções Regionais consta do quadro seguinte.

Despachos do Ministério Público em relatórios que lhe foram participados com infrações evidenciadas – 2012

		Sede	SRA	SRM	Total
Processos notificados ao MP		43	5	11	59
Despacho MP	MP requer julgamento	9		3	12
	Extinção de procedimento por pagamento voluntário	20	2	6	28
	Não requer procedimento jurisdicional	3		1	4
	Arquivamento (a)	18			18
	Outras situações			1	1

(a) O MP arquiva por discordar da qualificação jurídica, como infracção financeira, efectuada no relatório.

Em termos comparativos com 2011, verifica-se um aumento da “extinção de procedimento por pagamento voluntário” e uma redução do “arquivamento”. Veja-se o quadro seguinte.

Despachos do Ministério Público (Sede e SR) em relatórios que lhe foram participados com infrações evidenciadas

		2011		2012	
Processos notificados ao MP		80		59	
Despacho MP	MP requer julgamento	20	20%	12	19%
	Extinção de procedimento por pagamento voluntário	25	25%	28	44%
	Não requer procedimento jurisdicional	21	21%	4	6%
	Arquivamento (a)	34	34%	18	29%
	Outras situações			1	2%

(a) O MP arquiva por discordar da qualificação jurídica, como infracção financeira, efectuada no relatório.

7.2. Participações/conhecimentos do MP a Outras Jurisdições

O Ministério Público participa, ou dá conhecimento, a outras jurisdições de factos conhecidos em relatórios do Tribunal de Contas, em relatórios recebidos dos órgãos de controlo interno e em acórdãos do Tribunal de Contas.

Em 2012 foram 12 as participações: 3 à Procuradoria-Geral da República, 1 ao Departamento Central de Investigação e Ação Penal, 3 ao Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP), 2 ao Tribunal Central Administrativo Sul, 1 ao Tribunal Judicial de Faro, 1 ao Tribunal Judicial de Vila Nova de Gaia e 1 ao DIAP de Setúbal.

8. OS RECURSOS UTILIZADOS

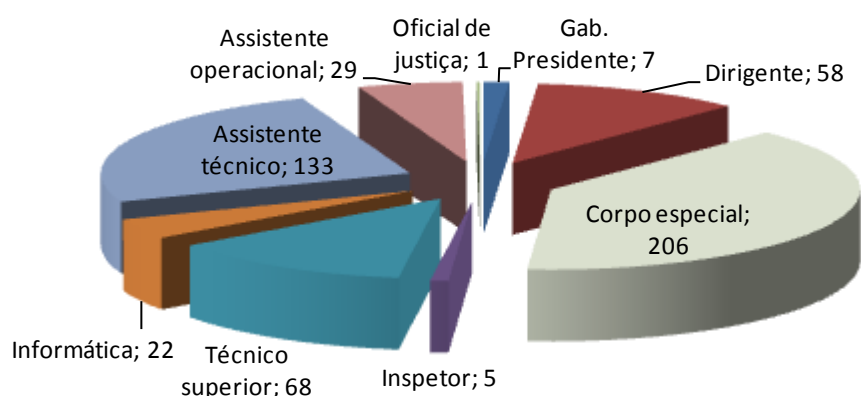
8.1. Os recursos humanos

No final de 2012 exerciam funções no Tribunal o **Presidente e 18 Juizes Conselheiros** e os seus **Serviços de Apoio** dispunham de **529 funcionários**.

Dos 18 Juizes Conselheiros, 16 exerciam funções na Sede (4 juizes afetos à 1.ª Secção, 9 à 2.ª Secção, e 3 à 3.ª Secção), 1 na Secção Regional dos Açores e 1 na Secção Regional da Madeira.

A repartição dos funcionários dos Serviços de Apoio por grupos profissionais consta do gráfico seguinte, representando o corpo especial de fiscalização e controlo 39% dos recursos humanos (sem contar com 78% dos dirigentes que pertencem ao corpo especial).

Efetivos nos Serviços de Apoio, por grupos profissionais



Em termos de distribuição por áreas funcionais, verifica-se que a maior parcela - 45,2% - está afeta ao controlo sucessivo. Em termos de evolução, depois de uma redução de 2009 para 2010, o número de efetivos tem-se mantido.

Evolução do número de efetivos por áreas funcionais

Áreas funcionais	2009		2010		2011		2012				
	Total	Peso	Total	Peso	Total	Peso	Sede	SRA	SRM	Total	Peso
Direcção	4	0,7%	4	0,8%	4	0,8%	2	1	1	4	0,8%
Gabinete do Presidente e Secretariado dos Juizes	16	2,9%	16	3,0%	16	3,0%	17	1	1	19	3,6%
Secretaria do Tribunal			21	4,0%	19	3,6%	15	1	1	17	3,2%
Controlo prévio e concomitante	63	11,4%	57	10,8%	61	11,5%	48	5	8	61	11,5%
Controlo sucessivo	245	44,5%	240	45,4%	236	44,6%	204	18	17	239	45,2%
Consultadoria e planeamento	20	3,6%	19	3,6%	21	4,0%	20		1	21	4,0%
Apoio ao MP	6	1,1%	4	0,8%	4	0,8%	4			4	0,8%
Apoio instrumental	197	35,8%	168	31,8%	168	31,8%	137	14	13	164	31,0%
Total	551	100%	529	100%	529	100%	447	40	42	529	100%

Sendo os meios humanos o recurso mais importante da instituição, o seu desenvolvimento através da formação profissional é uma das apostas do Tribunal. Assim, em 2012 verificaram-se 1542 participações em ações de formação interna e externa, o que representa 14 108 horas de formação (15 677 horas em 2011).

A formação profissional cobre diversas áreas temáticas, designadamente: Contabilidade, Auditoria, Direito, Gestão e Desenvolvimento organizacional.

Formação em 2012 – Sede e Secções Regionais

	N.º de acções	N.º horas das acções	N.º de participações	N.º horas utilizadas em formação	Custo total (Euros)
Interna (realizada no TC)	75	847	1 387	13 114 a)	53 570
Interna, na Sede	50	516	1 109	10 118	33 854
<i>De pessoal da Sede</i>	-	-	1 107	10 104	32 790
<i>De pessoal da SRA</i>	-	-	2	14	1 064
<i>De pessoal da SRM</i>	-	-			
Interna, na SRA	12	208	107	1 510	16 140
Interna, na SRM	13	123	171	1 486	3 576
Externa	44	377	155	995	13 839
<i>De pessoal da Sede</i>	36	271	141	843	12 937
<i>De pessoal da SRA</i>	6	38	12	84	902
<i>De pessoal da SRM</i>	2	68	2	68	
Total	119	1 223	1 542	14 108	67 409

a) Não inclui as horas correspondentes às participações de pessoal não pertencente ao Tribunal

Em 6 das ações organizadas pelo Tribunal, participaram, ainda, técnicos vindos do exterior (do Tribunal Administrativo de Moçambique e do Tribunal de Contas de Cabo Verde): 25 participações num total de 423 horas de formação recebida.

Os encargos diretos com a formação (pagamento a formadores e pagamento de ações realizadas no exterior) representam 0,3% da despesa total do Tribunal.

8.2. Os recursos financeiros

O orçamento inicial do Tribunal de Contas para 2012 foi de € 22 114 956, € 15 407 291 a financiar pelo orçamento do Estado e € 6 707 665 a financiar pelos Cofres do Tribunal.

A **despesa realizada foi de € 22 151 931**, financiada em 67% pelo Orçamento do Estado e em 27% pelos Cofres do Tribunal, conforme gráfico seguinte. As receitas dos Cofres do Tribunal provêm, fundamentalmente, dos emolumentos cobrados pelo Tribunal nos processos de visto, nas auditorias e nas verificações de contas.

Despesa por fontes de financiamento

Em termos de classificação económica verifica-se que a parcela maior, 88%, se reportou a despesas com pessoal.

Estrutura da despesa por classificação económica em 2012*(Em euros)*

Classificação económica	Sede	SRA	SRM	Total	
				Valor	%
Despesas com pessoal	16 684 287	1 470 717	1 413 579	19 568 583	88,3%
Bens e serviços correntes	1 987 921	117 649	128 433	2 234 003	10,1%
Bens de capital	321 987	9 619	17 739	349 345	1,6%
Total	18 994 195	1 597 985	1 559 751	22 151 931	100%

Os quadros seguintes mostram a **evolução da despesa** nos três últimos anos. Verifica-se que a mesma tem vindo a diminuir, mas que a maior redução se tem verificado no financiamento através do Orçamento do Estado.

Evolução da despesa, por classificação económica*(Em euros)*

Classificação económica da despesa	2010	2011		2012	
	Montante	Montante	variação	Montante	variação
Despesas de pessoal	24 690 979	23 070 359	-7%	19 568 583	-15%
Bens e serviços correntes	2 476 119	2 703 389	9%	2 234 003	-17%
Bens de capital	633 777	862 956	36%	349 345	-60%
Total	27 800 875	26 636 704	-4,2%	22 151 931	-16,8%

Evolução da despesa, por fontes de financiamento*(Em euros)*

Fontes de financiamento	2010	2011		2012	
	Montante	Montante	variação	Montante	variação
Cofres	6 876 909	7 179 631	4%	7 201 048	0%
Orçamento do Estado	20 923 966	19 457 073	-7%	14 950 883	-23%
Total	27 800 875	26 636 704	-4,2%	22 151 931	-16,8%

Evolução da despesa, por Sede e Secções Regionais

(Em euros)

Sede/SRs	2010	2011		2012	
	Montante	Montante	variação	Montante	variação
Sede	23 843 056	22 925 730	-4%	18 994 195	-17%
Secção Regional dos Açores	1 960 600	1 799 793	-8%	1 597 985	-11%
Secção Regional da Madeira	1 997 219	1 911 181	-4%	1 559 751	-18%
Total	27 800 875	26 636 704	-4,2%	22 151 931	-16,8%